

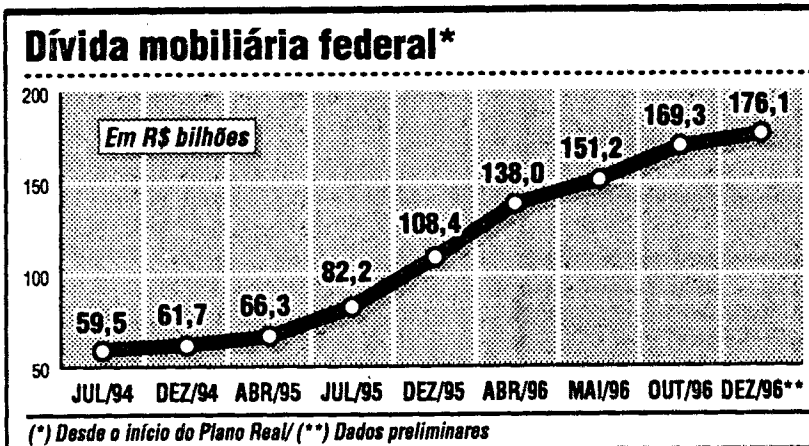
Dívida do governo em títulos *Pública* aumentou 62% no ano passado

■ Déficit público supera previsões e chega a 4,4% do PIB

BRASÍLIA — A dívida mobiliária (em títulos) do governo federal cresceu 62,15%, passando de R\$ 108,6 bilhões para R\$ 176,1 bilhões em dezembro, segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). Em apenas um ano, a dívida mobiliária cresceu 14 vezes o que o governo pretende arrecadar este ano com a cobrança de mais um imposto, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), conhecida como o imposto sobre cheques. Ontem, o BC informou também que o déficit consolidado do setor público (União, estados, municípios e estatais), que até novembro chegou a 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB), deve ter fechado o ano passado em torno de 4,4% do PIB, contra os 2,5% previstos pelos economistas do governo.

Desde julho de 1994, quando foi lançado o Plano Real, a dívida em títulos federais praticamente triplicou. Naquele mês, estava em R\$ 59,5 bilhões.

Banerj — Ao divulgar os números, o BC revelou também que o rombo do Banerj — a parte podre do banco fluminense que não será privatizada — é de R\$ 3,5 bilhões. Essa era a dívida que a instituição mantinha junto ao BC e que foi coberta em dezembro. Ao cobrir esse rombo, o BC passa a responder pela massa falida do banco e tentará recuperar seus créditos, informou o chefe do Departamento Econômico, Altamir Lopes. Se não conseguir recuperar tudo, o BC pode, ainda, oferecer essa massa falida a um banco estrangeiro que queira entrar no país; tal como fez na semana passada com o Banco Santander, que teve que comprar



Fonte: Banco Central

R\$ 20 milhões em massas falidas para entrar no mercado financeiro nacional.

Altamir Lopes informou ainda que, no ano passado, foram quatro os principais vilões do aumento da dívida federal: o descontrole fiscal, ou seja, o governo gastou mais do que arrecadou; a esterilização do capital estrangeiro que entrou no país — as reservas cambiais cresceram US\$ 10 bilhões; o socorro de R\$ 8 bilhões ao Banco do Brasil e os gastos com juros — só o Tesouro Nacional queimou R\$ 16 bilhões no ano passado.

O déficit operacional (receitas menos despesas, incluídos os gastos com juros) acumulado até novembro chegou a R\$ 27 bilhões (ou 3,9% do PIB). Este é o montante de recursos que o governo teve que tomar emprestado para financiar seus gastos. Para dezembro, segundo os técnicos do BC, essa conta deve aumentar em R\$ 3 bilhões, chegando a R\$ 30 bilhões (4,4% do PIB).

Para Altamir Lopes, o péssimo desempenho fiscal do governo no ano passado não deverá se repetir em 1997. “No ano passado, tivemos programas de demissões vo-

luntárias e ajudas a estados que deverão trazer um impacto positivo para as contas deste ano”, disse o diretor do BC, que espera maior arrecadação tributária do governo no decorrer de 1997.

No balanço das dívidas do setor público, os dados do Banco Central mostram que os governos federal, estaduais e municipais deviam R\$ 263 bilhões em novembro último, descontados os créditos que cada um tem a receber. Desse valor, R\$ 232 bilhões correspondiam à dívida interna líquida e R\$ 31 bilhões à dívida externa líquida.

O problema dessa distribuição é que o grosso do dinheiro devido pelo setor público foi tomado no mercado nacional, que cobra juros mais altos que no exterior.

Base monetária — O BC também divulgou, ontem, dados sobre a base monetária, ou seja, o volume de recursos que circularam na economia nos últimos meses. As festas de fim de ano, por exemplo, fizeram aumentar em 24% o dinheiro no bolso da população. A base monetária pulou para R\$ 14,6 bilhões em dezembro de 1996, contra R\$ 11,3 bilhões registrados em dezembro de 1995.